

Política de Investimentos 2026-2030

Plano FIPECq
Entes Federativos – FEF



SUMÁRIO

1.	INTRODUÇÃO	2
2.	OBJETIVOS.....	2
3.	DOCUMENTO DE APROVAÇÃO	3
4.	SOBRE A ENTIDADE	3
5.	ESTRUTURA DE GOVERNANÇA DE INVESTIMENTOS	4
6.	ADMINISTRADOR ESTATUTÁRIO TECNICAMENTE QUALIFICADO	8
7.	ADMINISTRADOR RESPONSÁVEL PELA GESTÃO DE RISCOS	8
8.	GOVERNANÇA DOS INVESTIMENTOS	9
9.	MITIGAÇÃO DE POTENCIAIS CONFLITOS DE INTERESSE	10
10.	PRESTADORES DE SERVIÇOS RELACIONADOS À GESTÃO DOS INVESTIMENTOS.....	13
11.	DIRETRIZES GERAIS PARA PROCEDIMENTOS DE INVESTIMENTOS	13
12.	SOBRE O FIPECq Entes Federativos.....	13
13.	PASSIVO ATUARIAL	14
14.	QUADRO RESUMO DE INFORMAÇÕES.....	14
15.	CENÁRIO MACROECONÔMICO	15
16.	ALOCAÇÃO DE RECURSOS E LIMITES POR SEGMENTO DE APLICAÇÃO	21
17.	OUTROS LIMITES	24
18.	RESTRIÇÕES.....	25
19.	DERIVATIVOS	25
20.	APREÇAMENTO DOS ATIVOS FINANCEIROS.....	27
21.	GESTÃO DE RISCOS.....	27
22.	CONTROLES INTERNOS	40
23.	DESENQUADRAMENTOS	40

1. INTRODUÇÃO

O presente documento estabelece as diretrizes que serão adotadas na aplicação dos recursos do plano FIPECq Entes Federativos para o horizonte dos próximos cinco anos. Os parâmetros e estratégias aqui estabelecidos estão pautados nos objetivos de desempenho de longo prazo e nas regras definidas pela legislação aplicável às Entidades Fechadas de Previdência Complementar.

As diretrizes legais estabelecidas para a aplicação dos recursos dos planos de benefícios administrados pela FIPECq, ainda que não mencionadas de maneira explícita nesse documento, devem ser necessariamente seguidas. Essa política de investimentos será vigente entre 01/01/2026 e 31/12/2030, ou até sua alteração pelo Conselho Deliberativo da entidade.

A presente política tem o objetivo de atender às disposições contidas na Resolução CMN nº 4.994/2022, e alterações posteriores, nos artigos 11 e 12 do Estatuto da FIPECq e ao Regulamento do Plano FIPECq Entes Federativos

As metas aqui estabelecidas têm como parâmetros básicos os limites legais definidos na Resolução CMN nº 4.994/2022, e alterações posteriores, com uma expectativa de crescimento real que resulte em um incremento patrimonial para atender às necessidades do Plano de Benefícios, buscando manter seu equilíbrio econômico-financeiro.

2. OBJETIVOS

O principal objetivo desta Política de Investimentos é orientar e fornecer as diretrizes gerais para a aplicação de recursos do referido plano de benefícios pelos próximos cinco anos (2026 a 2030), sendo necessária revisão promovida com periodicidade anual.

Além disso, a Política de Investimentos destina-se a divulgar aos participantes, patrocinadores, órgãos de administração da entidade e órgãos reguladores e fiscalizadores as metas de alocação dos recursos garantidores do Plano FIPECq Entes Federativos para o referido período.

A Política de Investimentos é, portanto, o documento que divulga ao público interessado o planejamento estratégico elaborado pela Diretoria Executiva, responsável pelo investimento dos

recursos garantidores dos planos previdenciários, sendo por isso um importante mecanismo de governança.

3. DOCUMENTO DE APROVAÇÃO

A presente Política de Investimentos foi aprovada pelo Conselho Deliberativo em 16 de dezembro de 2025, conforme ata nº 354.

4. SOBRE A ENTIDADE

A FIPECq – Fundação de Previdência Complementar dos Empregados ou Servidores da FINEP, do IPEA, do CNPq, do INPE e do INPA foi constituída em dezembro de 1978, tendo o seu funcionamento autorizado em maio de 1979, com o objetivo de administrar planos privados de concessão de benefícios complementares e semelhantes aos da previdência social a empregados e servidores das instituições e empresas patrocinadoras da Fundação. Atualmente, administra o Plano de Previdência Complementar (PPC) de Benefício Definido (BD), o FIPECqPREV, de Contribuição Definida (CD) instituído e o FIPECq Entes Federativos, de Contribuição Definida (CD).

“Gerir, com excelência, Planos de Previdência Complementar” é a missão da FIPECq.

4.1. Patrocinadores do PPC

FINEP – Financiadora de Estudos e Projetos

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada¹

CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico¹

INPE – Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais

INPA – Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia

FIPECq - Fundação de Previdência Complementar dos Empregados ou Servidores da FINEP, do IPEA, do CNPq, do INPE e do INPA

4.2. Instituidores do FIPECqPREV

FIPECq Vida – Caixa de Assistência Social da FIPECq

Conselho Federal de Administração (CFA)

¹ Patrocinadores em processo de retirada de Patrocínio.

4.3. Patrocinadores do FIPECq Entes Federativos

- Município de Ariquemes - RO
- Município de Bauru - SP
- Município de Cajamar - SP
- Município de Camboriú - SC
- Município de Campinas - SP
- Município de Canoinhas - SC
- Município de Estrela - RS
- Município de Estrela Velha - RS
- Município de Guarujá - SP
- Município de Harmonia - RS
- Município de Itapetininga/SP *
- Município de Itapira - SP
- Município de Itatinga - SP
- Município de Itú - SP
- Município de Ivorá - RS
- Município de Jacobina – BA
- Município de Jaguariúna - SP
- Município de Laranjeiras do Sul - PR
- Município de Lavras - MG
- Município de Mandaguáçu - PR
- Município de Paraíso - SP
- Município de Parisi - SP
- Município de Ribeirão Pires - SP
- Município de Sabará - MG
- Município de Salto de Pirapora - SP
- Município de Santo Antônio de Posse - SP
- Município de Santana de Parnaíba - SP*
- Município de São João da Boa Vista - SP
- Município de São Miguel das Missões - RS
- Município de São Vicente - SP
- Município de Sumaré - SP
- Município de Tatuí – SP
- Município de Ubatuba - SP
- Município de Vargem Grande do Sul - SP
- Município de Votorantim - SP

* Aguardando confecção do convênio de adesão para Assinatura

5. ESTRUTURA DE GOVERNANÇA DE INVESTIMENTOS

A estrutura de governança de investimentos destina-se a distribuir competências entre os diferentes níveis organizacionais, atribuindo-lhes responsabilidades associadas a objetivos de atuação, inclusive com o estabelecimento de alçadas de decisão.

5.1. Responsabilidades e deveres individuais comuns a todos

A pessoa, física ou jurídica, interna ou externa à FIPECq, que participe do processo de gestão dos investimentos, em qualquer de suas etapas, independentemente de cargo, atribuição ou função desempenhada, mesmo que não possua qualquer poder deliberativo, atuando direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica contratada, na aplicação dos recursos dos planos, além das obrigações legais e regulamentares, deve:

- I. Ter pleno conhecimento, cumprir e fazer cumprir as normas legais e regulamentares;
- II. Possuir capacidade técnica, conhecimentos e habilidades compatíveis com as responsabilidades inerentes ao exercício profissional de cargo, emprego ou função relacionada à gestão de investimentos;

- III. Observar atentamente a segregação de funções, abstendo-se de realizar tarefas ou atividades que possam comprometer a lisura de qualquer ato, próprio ou de terceiros, devendo comunicar de imediato ao seu superior imediato ou ao órgão colegiado que seja membro;
- IV. Não tomar parte em qualquer atividade, no exercício de suas funções junto à EFPC ou fora dela, que possa resultar em potencial conflito de interesses; e

Comunicar imediatamente a identificação de qualquer situação em que possa ser identificada ação, ou omissão, que não esteja alinhada aos objetivos dos planos administrados pela EFPC, independentemente de obtenção de vantagem para si ou para outrem, da qual resulte ou não prejuízo.

5.2. Distribuição de competências

Apresentam-se, a seguir, as principais atribuições de cada um dos órgãos de governança da Entidade, sem prejuízo de atribuições adicionais definidas em documentos internos da FIPECq:

Conselho Deliberativo

Responsabilidades	Objetivos
- Deliberar sobre a Política de Investimentos.	- Estabelecer as diretrizes de aplicação dos recursos dos planos.
- Autorizar investimentos iguais ou superiores a 5% dos recursos garantidores da Entidade	- Exercer maior controle sobre operações de grande volume.
- Nomear o Administrador Estatutário Tecnicamente Qualificado (AETQ)	- Assegurar que o Diretor nomeado tenha competência, habilidades e atitudes compatíveis com as atribuições e responsabilidades decorrentes da função.
- Nomear o Administrador Responsável pela Gestão de Riscos (ARGR)	- Assegurar que o profissional nomeado tenha competência, habilidades e atitudes compatíveis com as atribuições e responsabilidades decorrentes da função.
- Deliberar acerca das demonstrações contábeis, relatório anual de informações (RAI)	- Aprovar os demonstrativos contábeis, após a devida apreciação por parte do Conselho Fiscal, disponibilizando suas informações aos participantes e assistidos por intermédio do RAI.
- Deliberar sobre o orçamento	Aprovar o Plano de Gestão Administrativa – PGA - Orçamento Geral, e as diretrizes para as suas eventuais alterações, bem como as efetivamente ocorridas na sua execução.
- Aprovar sobre o plano de custeio	Aprovar os Planos Anuais de Custeio

Conselho Fiscal

Responsabilidades	Objetivos
- Responsável por se manifestar, por meio do seu relatório de Controles Internos, sobre a aderência da gestão dos recursos garantidores dos planos de benefícios às normas em vigor e à política de investimentos	Como órgão de controle interno da entidade, o principal objetivo é sua contribuição no processo de governança.
- Examinar as demonstrações contábeis com emissão de parecer.	- Avaliar os atos de gestão e os resultados auferidos.

- Informar ao Conselho Deliberativo eventuais irregularidades verificadas acompanhadas de parecer técnico de empresa de auditoria contratada pela FIPECq, sugerindo, se cabível, medidas saneadoras.	- Verificar se as ações de controle interno são efetivas, assegurando a compatibilidade dos serviços com o objeto da contratação, adequação de preços ao nível de mercado, o respeito aos prazos de execução e a qualidade das entregas.
--	--

Diretoria Executiva

Responsabilidades	Objetivos
- Política de Investimentos: (i) elaborar (ii) submeter para apreciação do Comitê de Investimentos; e (iii) propor ao Conselho Deliberativo para apreciação final.	- Colaborar com o Conselho Deliberativo na construção da estratégia de alocação, sob parâmetros exequíveis e compatíveis com a realidade da gestão e dos planos.
- Acompanhar o desempenho da carteira e sua aderência aos objetivos do plano	- Cumprir com os objetivos dos planos administrados.
- Realizar estudos para investimentos/desinvestimentos e submetê-los para aprovação. - Realizar estudos de ALM.	- Maximizar os resultados dos planos administrados.
- Avaliar estudos para aplicação das hipóteses biométricas, demográficas, econômicas e financeiras	- Definir quais hipóteses atuariais devem ser utilizadas nos planos administrados.
- Deliberar acerca dos processos de seleção, monitoramento e avaliação de prestadores de serviços relacionados a gestão de investimentos.	- Mitigar o risco de terceirização, contratando empresas especializadas. - Assegurar que os prestadores de serviços apresentem habilitação emitida pelo correspondente regulador, para o exercício específico da atividade a contratada. - Assegurar que o prestador de serviços comprove possuir capacidade técnica e experiência relevante no especificamente no mercado de previdência complementar fechada.
- Apresentar aos órgãos colegiados as demonstrações contábeis, relatório anual de informações e relatórios de controles gerenciais.	- Realizar os devidos registros e prestar informações aos órgãos internos e externos, bem como aos participantes e assistidos.

Comitê de Investimentos

Responsabilidades	Objetivos
- Analisar e aprovar a minuta da Política de Investimentos que será submetida ao Conselho Deliberativo para deliberação	- Auxiliar a Diretoria Executiva na construção da estratégia de alocação, sob parâmetros exequíveis e compatíveis com a realidade da gestão e dos planos.
- Acompanhar e monitorar a gestão de investimento dos planos administrados.	- Assessorar a Diretoria Executiva nas atividades de investimentos, cumprindo com as determinações normativas e da política de investimentos.
- Analisar e deliberar as propostas de investimentos e desinvestimentos enviadas ao Comitê de Investimentos em função de sua alçada	

Administrador Estatutário Tecnicamente Qualificado (AETQ)

Responsabilidades	Objetivos
- Providenciar todo o necessário para a implementação da Política de Investimentos, responsabilizando-se pelas ações e coordenação das atividades de investimento.	- Dirigir as atividades de investimento, assumindo o encargo de ser o principal responsável pela gestão, alocação, supervisão e acompanhamento dos recursos dos planos e pela prestação de informações relativas à aplicação desses recursos.

Administrador Responsável pela Gestão de Risco (ARGR)

Responsabilidades	Objetivos
- Providenciar todo o necessário para a implementação das ações de gerenciamento de riscos, responsabilizando-se pelas ações e coordenação das atividades voltadas a esse propósito.	- Dirigir as atividades de identificação, análise, avaliação, controle e monitoramento dos riscos de crédito, de mercado, de liquidez, operacional, legal, sistêmico e outros inerentes a cada operação.
- Realizar a análise prévia dos riscos de investimentos.	

Administrador Responsável pelo Plano de Benefícios (ARPB)

Responsabilidades	Objetivos
- Providenciar todo o necessário para a implementação de estudos para aplicação das hipóteses biométricas, demográficas, econômicas e financeiras	- Definir quais hipóteses atuariais devem ser objeto de estudo de aderência. - Validação dos dados cadastrais e demais informações referentes ao passivo atuarial utilizadas no estudo técnico de adequação das hipóteses atuariais.

Gerência De Investimentos

Responsabilidades	Objetivos
- Coordenar a realização de estudos técnicos, por meio da análise de dados econômicos e financeiros amparados pela política de investimentos.	- Caracterizar as responsabilidades dos técnicos diretamente relacionados aos investimentos relevantes
- Desenvolver projetos relacionados à área de investimentos, por meio do levantamento de necessidades e realização de estudos.	- Executar as atividades de planejamento, controle e demais rotinas correspondentes à sua área de atuação.
- Identificar e analisar oportunidades de investimento.	- Colaborar com a gestão da Fundação na identificação de oportunidades de alocação, enviando ao Comitê de Investimentos a proposta de realização de determinada operação.
- Gerenciar e coordenar os trabalhos e processos a serem submetidos ao Comitê de Investimentos.	- Possibilitar o controle, acompanhamento e rastreabilidade das decisões proferidas.
- Coordenar a elaboração de propostas de Políticas de investimentos.	Colaborar com Diretoria Executiva na construção da estratégia de alocação, sob parâmetros exequíveis e compatíveis com a realidade da gestão e dos planos
- Gerenciar a Carteira de Investimentos dos Planos Administrados, monitorando o seu desempenho e riscos.	- Possibilitar a realização da gestão dos investimentos em linha com os princípios e propósitos estabelecidos na legislação e na política de investimentos.
- Zelar pela aplicação diligente dos recursos e pela manutenção dos níveis de risco dentro dos parâmetros definidos.	
Coordenar a execução do cumprimento das obrigações acessórias sobre os investimentos perante ao(s) órgão(s) de regulação e fiscalização	- Garantir a conformidade ao arcabouço legal e regulamentar.

Analista De Investimentos

Responsabilidades	Objetivos
- Assessorar a emissão de parecer técnico por meio da análise de dados econômicos e financeiros relativos à política de investimentos.	- Caracterizar as responsabilidades dos técnicos diretamente relacionados aos investimentos relevantes
- Manter a documentação referente à sua atividade (pareceres e relatórios internos, atas, apresentações, etc.) sob sigilo e devidamente arquivada.	- Possibilitar o controle e rastreabilidade das decisões proferidas.
- Consolidar, acompanhar e monitorar a confecção de documentos de <i>compliance</i> , <i>gestão de riscos</i> e <i>enquadramento</i> .	- Atestar a conformidade ao arcabouço legal e regulamentar.
- Executar os procedimentos operacionais para o cumprimento das obrigações perante ao(s) órgão(s) de regulação e fiscalização.	- Garantir a conformidade ao arcabouço legal e regulamentar.
- Elaboração de relatórios gerenciais dos investimentos para uso interno e publicação.	- Fornecer acesso aos participantes e público interessado quanto à distribuição dos investimentos, rentabilidades, gestão de riscos e demais informações sobre a gestão dos recursos.

5.3. Política de Alçadas

Em cumprimento ao disposto na Lei Complementar nº 108/01, compete exclusivamente ao Conselho Deliberativo autorizar investimentos que envolvam valores iguais ou superiores a 5% (cinco por cento) dos recursos garantidores da Entidade, ainda que sujeito à execução fracionada ou por meio de tranches, bem como as operações que envolvem o comprometimento de capital, ainda que não sejam sujeitas à execução imediata, também requerem a autorização do Conselho Deliberativo.

Em todas as demais operações abaixo do referido limite, em conformidade com o art. 7º §1 da Resolução CMN nº 4.994/22, a FIPECq atribuiu a alçada de decisão ao Comitê de Investimentos.

6. ADMINISTRADOR ESTATUTÁRIO TECNICAMENTE QUALIFICADO

Toda Entidade Fechada de Previdência Complementar deve designar um Administrador Estatutário Tecnicamente Qualificado (AETQ), responsável pela gestão, alocação, supervisão, e acompanhamento dos recursos garantidores de seus planos e pela prestação de informações relativas à aplicação desses recursos, como estabelece a Resolução CMN nº 4.994/22.

O atual AETQ da FIPECq é o Sr. Claudinei Rolim Perez, Diretor de Investimentos, e sua indicação/aprovação ocorreu na Reunião do Conselho Deliberativo de 27 de junho de 2017, condicionado a sua habilitação junto a PREVIC, o que ocorreu em 07 de agosto de 2017, cujo mandato foi revalidado em 10.06.2025.

ADMINISTRADOR ESTATUTÁRIO TECNICAMENTE QUALIFICADO (AETQ)			
Nome	CPF	Cargo	Segmento de Investimentos
Claudinei Rolim Perez	029.232.798-67	Diretor de Investimentos	Todos os segmentos

7. ADMINISTRADOR RESPONSÁVEL PELA GESTÃO DE RISCOS

A partir da Resolução CMN 4.661/2018, toda EFPC deve designar administrador ou comitê responsável pela gestão de riscos considerando o seu porte e complexidade.

Por decisão do Conselho Deliberativo, na reunião 280ª de 23/01/2019, a FIPECq designou o Sr. Claudinei Rolim Perez, Diretor de Investimentos, como Administrador Responsável pela Gestão de Riscos (ARGR).

8. GOVERNANÇA DOS INVESTIMENTOS

A FIPECq, na qualidade de administradora de planos, segue princípios, regras e práticas de governança, em conformidade com o seu porte e sua complexidade, de modo a garantir o cumprimento do seu dever fiduciário e dos seus objetivos estatutários e estratégicos que visam a gestão eficiente dos recursos que compõem as reservas técnicas, provisões e fundos dos planos que administra.

Entre os princípios que norteiam as decisões de investimentos, destacam-se a segurança, rentabilidade, solvência, liquidez e transparência. Ademais, toda a gestão da FIPECq se desenvolve com a devida prudência, lealdade e a boa-fé, em vistas a bem cumprir com o dever fiduciário intrínseco à atividade de gestor de recursos de terceiros.

A adoção das melhores práticas de Governança Corporativa em conjunto com os manuais de boas práticas na gestão de investimentos expedidos pelos órgãos reguladores, garantem que os envolvidos no processo decisório da Entidade cumpram seus códigos de conduta pré-acordados a fim de minimizar conflitos de interesse ou quebra dos deveres.

8.1. Certificação

Aos profissionais que desempenham suas funções em atividades ligadas à investimentos são exigidas a qualificação, certificação e habilitação necessárias para o exercício de suas atividades, de acordo com padrões estabelecidos pela regulamentação e em observância as melhores práticas.

Os participantes do processo de decisão na escolha dos investimentos e aqueles que estejam diretamente responsáveis pela aplicação dos recursos da entidade, deverão estar certificados conforme critérios e prazos estabelecidos pela Resolução CNPC Nº 39, de 30 de março 2021 e alterações posteriores.

9. MITIGAÇÃO DE POTENCIAIS CONFLITOS DE INTERESSE

9.1. Conflitos de Interesse

O critério para definição de conflito de interesses adotado pela FIPECq na gestão dos investimentos está descrito no art. 12, parágrafo único, da Res. CMN nº 4.994/22:

“O conflito de interesse é configurado em quaisquer situações em que possam ser identificadas ações que não estejam alinhadas aos objetivos do plano administrado pela EFPC independentemente de obtenção de vantagem para si ou para outrem, da qual resulte ou não prejuízo.”

Operações comerciais e financeiras não autorizadas

É vedado à FIPECq realizar quaisquer operações comerciais e financeiras²:

- I. Com seus administradores, membros dos conselhos estatutários e respectivos cônjuges ou companheiros, e com seus parentes até o segundo grau;
- II. Com empresa de que participem as pessoas a que se refere o item anterior, exceto no caso de participação de até cinco por cento como acionista de empresa de capital aberto; e
- III. Tendo como contraparte, mesmo que indiretamente, pessoas físicas e jurídicas a elas ligadas.

A referida vedação não se aplica ao patrocinador, aos participantes e aos assistidos, que, nessa condição, realizarem operações com a entidade de previdência complementar, nos termos e condições previstos na Res. CMN nº 4.994/2022.

Dever de transparência e lealdade

A pessoa, física ou jurídica, interna ou externa à FIPECq, que participe do processo de gestão dos investimentos, em qualquer de suas etapas, independentemente de cargo, atribuição ou função desempenhada, mesmo que não possua qualquer poder deliberativo, atuando direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica contratada, na aplicação dos recursos dos planos, além das obrigações legais e regulamentares, deve:

- I. Observar atentamente a segregação de funções, abstendo-se de realizar tarefas ou atividades que possam comprometer a lisura de qualquer ato, próprio ou de terceiros, devendo comunicar de imediato ao seu superior imediato ou ao órgão colegiado que seja membro;

² Lei Complementar nº 109/01, art. 71.

- II. Não tomar parte em qualquer atividade, no exercício de suas funções junto à EFPC ou fora dela, que possa resultar em potencial conflito de interesses;
- III. Obrigatoriamente não participar de deliberação sobre matéria onde seu pronunciamento não seja independente, isto é, matéria na qual possa influenciar ou tomar decisões de forma parcial;

9.1.1. Público Interno – Participantes do processo decisório e de assessoramento

A FIPECq não autoriza a realização de atividades em que os agentes envolvidos possam estar em situação de conflitos de interesses, real, potencial ou aparente.

Qualquer participante do processo decisório dos investimentos que incorra em evento de potencial conflito de interesses, ou em quaisquer outras decisões que puderem beneficiá-lo de modo particular, ainda que indiretamente, ou em que tiver interesse conflitante com o do plano de benefícios, não poderá se manifestar em nenhuma das fases do processo decisório, devendo proceder a imediata declaração de impedimento ou suspeição.

Para fins desta política, caracterizam eventos de potenciais conflitos de interesse, especialmente, mas não se limitando, em casos de:

- I. Situações de relacionamentos próximos com pessoas físicas ou jurídicas que tenham interesses em decisões ou informações confidenciais da entidade ou seus patrocinadores.
- II. Exercício de atividades incompatíveis com as atribuições do cargo ou função, ou a favor de terceiros, em detrimento aos objetivos da entidade;
- III. Divulgar ou fazer uso de informações privilegiadas obtidas em função do cargo ou das atividades exercidas;
- IV. Atuar, direta ou indiretamente, em favor de interesses próprios ou de terceiros perante órgão regulador ou fiscalizador em razão do exercício do cargo.

9.1.2. Público Externo – Prestadores de Serviço

Qualquer pessoa física ou jurídica que venha a prestar serviços relacionados a gestão dos investimentos da Entidade, deverá exercer sua atividade no estrito interesse dos participantes e beneficiários dos planos, em total ausência de conflito de interesses, real, potencial ou aparente.

Para mitigar situações de potenciais conflitos de interesse, a FIPECq fará constar em seus contratos a serem realizados, cláusula com declaração de ausência de potenciais conflitos de interesses, obrigando-se o prestador comunicar a FIPECq casos que possam ser considerados como conflito de interesse. A FIPECq analisará esses casos e decidirá a melhor forma de equacioná-los ou, se for o caso, rescindir o contrato.

9.1.3. Lei Anticorrupção

A gestão dos ativos do plano de benefícios da FIPECq de que trata a presente Política de Investimentos deve levar em consideração as determinações contidas na Lei 12.846/2013 e Decreto Federal 11.129/2022, bem como o Código de Ética da Entidade e seus demais normativos internos.

A presente Política de Investimentos deve levar em consideração as melhores práticas de governança no que tange às medidas anticorrupção no Brasil e no mundo de forma a buscar, constantemente, os mais elevados padrões de integridade das pessoas envolvidas, alinhados à transparência dos processos e à sustentabilidade dos ativos e, consequentemente, da finalidade definida em seu Estatuto Social.

Sem prejuízo das disposições legais que regem a matéria ou outras disposições e normativos internos da FIPECq que tratem do assunto, qualquer pessoa sujeita a esta política está proibida de praticar o seguinte: oferecer ou autorizar a oferta ou a sugestão de suborno; aceitar, pagar ou receber suborno; solicitar ou aceitar propina para influenciar uma decisão, obter acesso não autorizado a informações confidenciais, se comprometer ou se omitir em casos de suborno e corrupção; utilizar-se de terceiros para executar qualquer das ações acima; utilizar-se de fornecedores, parceiros e agentes que estejam comprovadamente envolvidos em situações de corrupção ou suborno; movimentar fundos ou qualquer ativo que reconhecidamente ou por suspeita razoável estejam sendo utilizados para suborno ou corrupção.

Sempre que um representante da FIPECq souber do descumprimento desta política, de tentativa de suborno ou qualquer envolvimento em corrupção, aplicam-se as obrigações de reporte conforme estabelecido no Código de Ética e demais políticas pertinentes.

Na aplicação da presente Política de Investimentos a FIPECq deve tomar providências para que seus colaboradores, observem e cumpram rigorosamente todas as leis cabíveis, incluindo, mas não se limitando, à legislação brasileira anticorrupção, contra a lavagem de dinheiro, assim como as políticas internas da FIPECq aplicáveis à matéria.

10. PRESTADORES DE SERVIÇOS RELACIONADOS À GESTÃO DOS INVESTIMENTOS

No relacionamento com prestadores de serviços, além das medidas de avaliação da capacidade técnica e de mitigação de conflitos de interesse descritas no capítulo anterior, a FIPECq estabelece critérios a serem observados nas fases de seleção, monitoramento e avaliação dos prestadores conforme parâmetros descritos no normativo interno “Instrução Normativa de Gestão de Contratos”.

11. DIRETRIZES GERAIS PARA PROCEDIMENTOS DE INVESTIMENTOS

Os investimentos realizados pela FIPECq, em carteira própria, administrada ou em fundos exclusivos ou restritos devem ser objeto de análise prévia, considerando os correspondentes riscos, rentabilidade esperada e garantias, se existentes.

A análise de cada investimento deverá ser feita de acordo com as características específicas da alocação, considerando elementos essenciais tais como:

- Conformidade com a política de investimento e com a legislação vigente;
- Análise das características do investimento proposto e sua adequação aos objetivos do plano;
- Análise de desempenho do ativo, do fundo ou do gestor, conforme o caso;
- Análise dos riscos de crédito, mercado, liquidez, operacional, legal, sistêmico e outros inerentes a cada operação;
- Análise do horizonte de investimento e sua adequação com os objetivos do plano.

A avaliação, gerenciamento e acompanhamento do risco e retorno das carteiras próprias e administradas serão executados de acordo com as diretrizes estabelecidas em normativo interno “Instrução Normativa para Avaliação, Gerenciamento e Acompanhamento do Risco e Retorno dos Investimentos”.

12. SOBRE O FIPECq Entes Federativos

O plano FIPECq Entes Federativos é um Plano de Contribuição Definida (CD), multipatrocinado, no qual o Participante determina o valor de sua contribuição, havendo contrapartida de igual valor pelo patrocinador até o limite de 8,5% (oito e meio por cento) do que exceder o valor do teto do INSS, e o benefício é estabelecido de acordo com o total de recursos acumulados na sua conta individual, juntamente com a rentabilidade. Portanto, o benefício dependerá da capacidade contributiva individual de cada Participante, da Patrocinadora e da rentabilidade obtida.

Plano de Benefícios FIPECq Entes Federativos – Agosto/25	
Nome	FIPECq Entes Federativos – FEF
Modalidade	Multi-Patrocinado / Contribuição Definida
Meta ou índice de referência	Cota patrimonial
CNPJ	49.619.852/0001-50
CNPB	2022.0019-74
Número de Patrocinadores	34
Número de Participantes	307
Principais Benefícios	Benefício de Aposentadoria, Benefício por Invalidez; e Benefício por Morte de Participante ou de Assistido.

13. PASSIVO ATUARIAL

O controle de riscos em planos de previdência passa necessariamente pela identificação do passivo, que pode consistir em obrigações futuras ou expectativas de retorno de acordo com os tipos de plano de benefícios. A avaliação do risco integrado aos investimentos tem como objetivo assegurar os padrões de segurança econômico-financeira, com fins específicos de preservar a liquidez, a solvência e o equilíbrio dos planos de benefícios administrados.

A necessidade de uma gestão integrada entre ativos e passivos torna este tópico de extrema importância para avaliar se a carteira de investimentos está condizente com as necessidades do fluxo de pagamento dos benefícios do plano.

Por se tratar de um plano de Contribuição Definida, o passivo do plano de benefícios FIPECq Entes Federativos é exclusivamente financeiro, não existindo resultados positivo ou negativo no plano

14. QUADRO RESUMO DE INFORMAÇÕES

QUADRO RESUMO DE INFORMAÇÕES	
Entidade Fechada de Previdência Complementar	FIPECQ
Vigência	01/01/2026 a 31/12/2030
Ata do Conselho Deliberativo/Data de Reunião	354ª – 16/12/2025
Nome	Plano de Benefício FIPECq Entes Federativos
Cadastro Nacional do Plano de Benefícios (CNPB)	2022.0019-74
Modalidade do Plano	Contribuição Definida
Índice de Referência/Meta Atuarial	INPC + 4,25% a.a.
Administrador Estatutário Tecnicamente Qualificado (AETQ)	Claudinei Rolim Perez
Administrador Responsável pela Gestão de Risco (ARGR)	
Administrador Responsável pelo Plano de Benefícios (ARPB)	Leonardo Bosco Mattar Altoé

15. CENÁRIO MACROECONÔMICO

O contexto macroeconômico tem por objetivo traçar cenários a partir da conjuntura atual e por intermédio de premissas e hipóteses condizentes com realidade econômica, a fim de prover à entidade análises que contribuam para a condução dos processos de alocação e tomada de decisão de investimento.

As projeções dos principais indicadores econômicos são utilizadas para desenhar estes cenários, que também servirão como plano de fundo às análises, com intuito de tornar a tomada de decisão mais segura e eficiente. Em sequência, serão apresentados alguns dos indicadores considerados nos estudos de macro alocação que orientam a construção do portfólio do plano de benefícios, o qual é realizado por meio da construção de cenários que constam do referido estudo.

Primeiramente detalhando a conjuntura econômica internacional, especialmente sobre os principais mercados globais e seus potenciais impactos sobre a economia. Em sequência, a economia doméstica é analisada em suas principais características, considerando as políticas econômicas vigentes e seus possíveis impactos nos agregados macroeconômicos.

15.1. Conjuntura

Cenário Externo

A economia mundial deverá atravessar, em 2026, um período de elevada incerteza, marcado pela transição de ciclos econômicos. A combinação entre o arrefecimento gradual das pressões inflacionárias, o início do ciclo de flexibilização monetária nas principais economias avançadas e a persistência das tensões geopolíticas compõe um cenário complexo para a dinâmica do crescimento global e para o comportamento dos mercados financeiros. Embora o risco de recessão tenha se reduzido, a trajetória de expansão da atividade tende a permanecer moderada, refletindo os efeitos defasados do aperto monetário implementado nos últimos anos, a desaceleração do comércio internacional e o enfraquecimento da formação de investimento em algumas economias centrais.

Nos Estados Unidos, o Federal Reserve, ao adotar uma postura cautelosa na condução da política monetária, sinaliza a continuidade de um ciclo gradual de cortes de juros ao longo de 2026,

condicionado à consolidação da trajetória de desaceleração inflacionária rumo à meta de 2%. A economia americana segue apresentando desempenho resiliente, sustentada por um mercado de trabalho ainda aquecido e por níveis elevados de consumo das famílias, embora já se observe moderação na atividade industrial e no crescimento do crédito. O cenário combina relativa estabilidade no curto prazo com desafios relevantes no médio prazo, à medida que os efeitos cumulativos dos juros elevados e das incertezas fiscais começam a se refletir sobre o ritmo de expansão econômica.

Na Europa, o Banco Central Europeu (BCE) sinaliza dar continuidade ao processo de flexibilização monetária iniciado em 2025, em resposta ao enfraquecimento da atividade econômica e à convergência gradual da inflação para níveis mais próximos da meta. O ambiente econômico, contudo, permanece frágil, caracterizado por baixo dinamismo industrial, elevada dependência energética e desafios estruturais persistentes no mercado de trabalho. A região enfrenta o dilema de sustentar o crescimento sem comprometer o equilíbrio fiscal, em um contexto de tensões geopolíticas contínuas no entorno do continente e de limitações fiscais em alguns dos principais países-membros.

Na China, observa-se a continuidade de um processo de desaceleração estrutural, marcado por taxas de crescimento mais modestas e pela transição para um modelo econômico menos dependente de investimentos e exportações. O setor imobiliário permanece sob forte pressão, enquanto o consumo doméstico apresenta recuperação gradual, refletindo a baixa confiança de famílias e empresas. As medidas de estímulo adotadas pelo governo têm mostrado efeito limitado sobre a atividade, e as tensões comerciais com os Estados Unidos seguem como fonte relevante de incerteza, afetando cadeias produtivas e fluxos de investimento. Nesse contexto, o crescimento chinês deve permanecer moderado, com impactos negativos sobre a demanda global por commodities e sobre o desempenho das economias emergentes exportadoras.

O ambiente geopolítico seguirá como principal fonte de volatilidade global em 2026. A guerra entre Rússia e Ucrânia continua sem perspectivas de resolução, e o conflito no Oriente Médio, envolvendo Israel, Hamas e Hezbollah, mantém o risco de uma escalada regional com potencial de impacto sobre os preços de energia. Paralelamente, a rivalidade estratégica entre Estados Unidos e China avança para novos campos, como tecnologia e segurança cibernética, reforçando a tendência de fragmentação das cadeias globais de valor e de regionalização do comércio. Esses

fatores elevam a incerteza e contribuem para a manutenção de prêmios de risco elevados nos mercados internacionais.

Nos mercados emergentes, o cenário de 2026 tende a ser de seletividade e diferenciação. Com o início da redução das taxas de juros nas economias avançadas, há espaço para maior entrada de capitais em países com fundamentos sólidos e estabilidade institucional. Brasil, México, Turquia e Polônia devem permanecer entre os principais destinos desses fluxos, impulsionados por taxas de juros reais elevadas e políticas macroeconômicas relativamente consistentes. Ainda assim, a aversão ao risco global e os efeitos da desaceleração chinesa podem limitar o ímpeto desses movimentos, mantendo os investidores atentos à qualidade fiscal e à credibilidade das instituições de cada país.

Cenário Doméstico

A economia brasileira deve enfrentar, a partir de 2026, um período de desaceleração moderada, com a política monetária ainda restritiva e a inflação em processo gradual de convergência para a meta. As projeções indicam que o IPCA deve permanecer em 4,28% a.a. em 2026, ainda acima do centro da meta de 3,0% a.a., mas dentro do intervalo de tolerância. Para 2027, a expectativa é de 3,90% a.a., sinalizando avanço no controle inflacionário, embora o processo de desinflação deva ocorrer de forma mais lenta, em razão do mercado de trabalho ainda aquecido e da desaceleração apenas gradual da atividade econômica.

No campo da política monetária, as projeções do Boletim Focus de 03/10/2025 indicam estabilidade para a taxa Selic em 12,25% a.a. em 2026, com expectativa de redução para 10,50% a.a. em 2027. O cenário para a inflação apresentou melhora parcial, mas ainda não há espaço consistente para um ciclo mais agressivo de cortes de juros. As expectativas permanecem distantes da meta, e os estímulos econômicos previstos no horizonte limitam uma flexibilização mais acelerada da política monetária.

Em relação à atividade econômica, as projeções do Focus sinalizam que o PIB deve crescer 1,80% em 2026 e 1,90% em 2027, refletindo o impacto defasado dos juros elevados sobre o investimento e o consumo. O crescimento mais moderado deve se consolidar, com destaque para o enfraquecimento dos setores mais sensíveis à política monetária, como bens de capital e

bens de consumo duráveis. Ainda assim, o mercado de trabalho aquecido e as transferências fiscais devem continuar sustentando parte da demanda doméstica, atenuando a desaceleração.

No setor externo, as projeções do Focus apontam para recuo da taxa de câmbio nos próximos anos. Para 2026, a mediana das estimativas passou de R\$/US\$ 5,58 para R\$/US\$ 5,53, e para 2027 manteve-se em R\$/US\$ 5,56. A retomada do ciclo de afrouxamento monetário pelo Federal Reserve tende a favorecer a valorização das moedas emergentes, incluindo o real, contribuindo para um ambiente cambial mais estável.

A sustentabilidade fiscal continuará sendo um dos principais pontos de atenção estrutural da economia brasileira em 2026, sobretudo por se tratar de um ano eleitoral, o que tende a ampliar o risco de adoção de políticas fiscais expansionistas voltadas à consolidação da base de apoio do governo. Esse movimento, especialmente por meio da ampliação de programas sociais e do aumento dos investimentos públicos, pode exercer pressão adicional sobre as contas fiscais e reacender expectativas inflacionárias.

Conclusão

O cenário econômico 2026-2030 projeta período de normalização monetária gradual, com oportunidades táticas para gestores de recursos de EFPC. A carteira atual do Plano mantém-se adequada ao perfil de um plano de Benefício Contribuição Definida (CD), com margem de segurança regulatória. O ano de 2026 apresenta-se como janela estratégica para otimização da carteira de investimentos, aproveitando as elevadas taxas reais oferecidas pelo mercado de renda fixa.

A análise de sensibilidade demonstra resiliência da carteira mesmo em cenários adversos, função da alocação em renda fixa e rentabilidade proporcionada pelos juros reais em patamar historicamente atrativo. De todo modo, a Diretoria Executiva seguirá com o monitoramento contínuo das variáveis macroeconômicas com a realização de ajustes táticos conforme evolução do cenário base, sempre observando as diretrizes estabelecidas pela Resolução CMN nº 4.994/2022.

15.2. Cenário utilizado

O cenário utilizado para desenvolvimento da Política de Investimentos toma como base o cenário produzido pelo Banco Central do Brasil – BACEN, notadamente reconhecido pelo mercado

financeiro como balizador de informações, através da adoção do SISTEMA DE EXPECTATIVAS do dia 03/10/2025 para os indicadores existentes em sua composição. Quanto aos demais itens (cenário de renda variável, investimentos estruturados e investimentos no exterior) foram considerados cenários desenvolvidos pela Consultoria Especializada i9Advisory.

SEGMENTO	CLASSE DE ATIVOS	2026	2027	2028	2029	2030	MÉDIA LONGO PRAZO
RENDA FIXA	SELIC	12,50%	10,50%	10,00%	10,00%	10,00%	10,60%
	PRÉ-FIXADOS (IRF-M)	13,47%	11,46%	10,95%	10,95%	10,95%	11,56%
	INFLAÇÃO (IMA-B)	13,96%	11,94%	11,43%	11,43%	11,43%	12,04%
	INFLAÇÃO (IMA-B 5)	13,91%	11,88%	11,38%	11,38%	11,38%	11,98%
	INFLAÇÃO (IMA-B 5+)	14,03%	12,00%	11,50%	11,50%	11,50%	12,10%
	CRÉDITO PRIVADO (IDA-Geral)	13,71%	11,69%	11,18%	11,18%	11,18%	11,79%
RENDA VARIÁVEL	BETA (IBOVESPA)	16,41%	14,34%	13,82%	13,82%	13,82%	14,44%
	SMALL CAPS (SMLL)	14,62%	12,58%	12,07%	12,07%	12,07%	12,68%
	DIVIDENDOS (IDIV)	15,45%	13,39%	12,88%	12,88%	12,88%	13,50%
	VALOR (IVBX-2)	15,46%	13,41%	12,89%	12,89%	12,89%	13,51%
ESTRUTURADO	FUNDOS MULTIMERCADOS	13,31%	11,30%	10,79%	10,79%	10,79%	11,40%
EXTERIOR	EXTERIOR COM HEDGE (EX RENDA VARIÁVEL)	14,83%	12,79%	12,28%	12,28%	12,28%	12,89%
	RENDA VARIÁVEL (MSCI WORLD BRL)	22,43%	20,26%	19,71%	19,71%	19,71%	20,37%
IMOBILIÁRIO	FUNDOS IMOBILIÁRIOS (IFIX)	13,11%	11,10%	10,59%	10,59%	10,59%	11,20%
	DÓLAR (R\$/US\$)	R\$ 5,60	R\$ 5,60	R\$ 5,56	R\$ 5,56	R\$ 5,56	R\$ 5,58
	IPCA/INPC	4,28%	3,90%	3,70%	3,70%	3,70%	3,86%
	PIB	1,85%	1,88%	2,00%	2,00%	2,00%	1,95%
	SELIC	12,50%	10,50%	10,00%	10,00%	10,00%	10,60%

Fonte: Juros (Selic), Inflação (IPCA/INPC), Dólar e PIB: Boletim Focus Banco Central do Brasil (Bacen) aos demais itens (cenário de renda variável, investimentos estruturados e investimentos no exterior) foram considerados cenários desenvolvidos pela i9Advisory

RENDA VARIÁVEL

O IBOVESPA é o principal e mais antigo índice acionário brasileiro, que engloba as principais ações listadas na B3. Devido à natureza das ações como classe de ativos, caracterizada por uma volatilidade muito alta e, portanto, sujeita a inúmeras variáveis, o modelo mais adequado ao perfil de risco das EFPCs é determinar um retorno de longo prazo para o IBOVESPA.

Devido ao elevado retorno da SELIC no longo prazo, o prêmio histórico calculado para o IBOVESPA é negativo. Portanto, optou-se por utilizar a seguinte metodologia para apurar o prêmio justo esperado:

- Foi calculado o prêmio histórico do Índice Dividendos da B3 (IDIV). A análise do desempenho histórico do IDIV em relação à taxa SELIC revelou um prêmio médio de 2,62% ao ano acima da taxa SELIC no período considerado.
- Em seguida, foi utilizado o beta do IDIV em relação ao Ibovespa para estimar o prêmio esperado do próprio IBOVESPA.

$$\text{IBOVESPA (beta)} = \text{SELIC (ativo livre de risco)} + 3,48\% \text{ (prêmio justo)}$$

ÍNDICE VALOR B3 E VALOR ECONÔMICO (IVBX-2)

O IVBX-2 é um índice acionário que abrange as ações de empresas consideradas bem-conceituadas pelos investidores.

A metodologia empregada para o IBOVESPA foi aplicada ao IVBX-2, que apresenta uma volatilidade histórica de 21,56%. Portanto, o prêmio esperado para o IVBX-2 é de 2,63%.

$$\text{IVBX-2} = \text{SELIC (ativo livre de risco)} + 2,63\% \text{ (prêmio justo)}$$

ÍNDICE SMALL CAP B3 (SMLL)

O SMLL é um índice acionário que compreende as ações de empresas com menor capitalização listadas na bolsa brasileira.

A metodologia utilizada para o IBOVESPA foi aplicada ao SMLL, que apresenta uma volatilidade histórica de 23,19%. Portanto, o prêmio esperado para o SMLL é de 1,88%.

$$\text{SMLL} = \text{SELIC (ativo livre de risco)} + 1,88\% \text{ (prêmio justo)}$$

FUNDOS MULTIMERCADOS – ÍNDICE HEDGE FUNDS ANBIMA (IHFA)

O IHFA é o principal índice de fundos multimercados, que para as EFPCs fazem parte do segmento Estruturados. Atualmente, o índice é composto por mais de 300 fundos multimercados de várias classificações, como macro, long short, long biased, trading, entre outros. Ele é cada vez mais utilizado pelo mercado para representar esse segmento.

Em sua maioria, os fundos incluídos no IHFA têm metas de rentabilidade vinculadas ao CDI. Por esse motivo, o beta deste segmento é considerado como a taxa SELIC.

Ao analisar historicamente o retorno do IHFA em relação ao seu beta, que é a taxa SELIC, identificamos um prêmio histórico de 0,72% em relação à SELIC.

$$\text{IHFA} = \text{SELIC (beta)} + 0,72\% \text{ (alfa)}$$

FUNDOS NO EXTERIOR COM HEDGE CAMBIAL (EXCETO RENDA VARIÁVEL)

Para esta classe de ativos, devido à diversidade de fundos disponíveis na indústria brasileira, não há um benchmark único. Portanto, foi utilizada uma média de retornos dos fundos disponíveis

para aplicação por parte dos fundos de pensão, na categoria de Investimento no Exterior com Hedge.

É importante notar que esses fundos possuem hedge cambial, o que significa que eles trocam a variação cambial pelo CDI. Isso resulta em uma correlação elevada com o ativo livre de risco do país, a taxa SELIC. Por esse motivo, a taxa SELIC é utilizada como o beta para essa classe de ativos.

Ao analisar historicamente o retorno dessa amostra em relação ao seu beta, a taxa SELIC, foi identificado um prêmio histórico de 2,07% em relação à SELIC. O período utilizado para calcular o prêmio foi, portanto, do início de maio de 2022 até agosto de 2025.

MSCI WORLD EM REAL – ATIVO MAIS O EFEITO CAMBIAL

O MSCI World é o principal índice acionário global, que inclui ações de vários países em todo o mundo, com destaque especial para os EUA, Europa e Ásia, que juntos representam mais de 80% do índice.

Para determinar o retorno histórico, comparamos o desempenho do MSCI World em relação à taxa SELIC e identificamos um prêmio histórico de 8,83%.

$$\text{MSCI WORLD EM REAL} = \text{SELIC (ativo livre de risco)} + 8,83\% \text{ (prêmio justo)}$$

15.3. Rentabilidade Esperada

SEGMENTOS	Cenários 2026		
	Base	Pessimista	Otimista
Consolidado	12,50%	8,89%	14,44%
Renda Fixa	12,50%	8,89%	14,44%
Imobiliário	13,11%	2,09%	15,26%

Notas:

1. A Rentabilidade Esperada não é o único fator determinante para a definição do portfólio de investimentos do Plano FIPECq Entes Federativos. A proposta de Alocação Objetivo, apresentada no item 16 a seguir, leva em conta ainda outros fatores, tais como o risco (volatilidade) de cada classe de ativos e a liquidez adequada para o Plano. O resultado almejado é uma carteira com resultados compatíveis e adequados em termos de risco e retorno.
2. Os cenários pessimista e otimista são calculados a partir da volatilidade de cada segmento. Os valores representam a volatilidade de cada segmento aplicada ao cenário base (valores máximos e mínimos calculados na distribuição de retornos).

16. ALOCAÇÃO DE RECURSOS E LIMITES POR SEGMENTO DE APLICAÇÃO

A Resolução CMN 4.994/2022 estabelece que os planos devam definir em sua política a alocação de recursos e os limites por segmento de aplicação. Segundo o Guia PREVIC – Melhores Práticas em Investimentos, os limites máximos e mínimos planejados de cada um dos segmentos e modalidades de investimentos na vigência da política de investimento devem ser representativos da estratégia de alocação de cada plano de benefícios, portanto mais restritivos que a legislação vigente.

A modalidade do plano de benefícios, seu grau de maturação, suas especificidades e as características de suas obrigações, bem como o cenário macroeconômico, determinam as seguintes diretrizes dos investimentos: as metas de resultado do plano de benefícios e dos segmentos de aplicação; a alocação dos recursos nos diversos segmentos; os limites máximos de aplicação em cada segmento e ativo; indexadores e prazos de vencimentos dos investimentos; a escolha por ativos que possuem ou não amortizações ou pagamento de juros periódicos, dentre outros.

SEGMENTOS	LIMITE LEGAL	ALOCAÇÃO ATUAL *	ALOCAÇÃO OBJETIVO **	LIMITES	
				INFERIOR	SUPERIOR
Renda Fixa	100%	100,00%	100,00%	95%	100%
Imobiliário***	20%	0,00%	0,00%	0%	5,00%

*Fonte: Relatórios de Compliance de agosto/25.

** Definiu-se a alocação em 100% em Renda Fixa, tendo vista que a rentabilidade esperada para o segmento em 2026 apresenta alfa de 3,5% da meta de rentabilidade do plano. Além disso, o valor atual do Patrimônio do Plano não apresenta volume suficiente que justifique a montagem de um portfólio amplamente diversificado. Por fim, cumpre registrar que ao longo da vigência desta Política de Investimentos, caso este cenário seja modificado, a revisão desta estratégia será tempestivamente revisada.

*** Não há alocação objetivo definida para o segmento imobiliário, no entanto mantivemos para evitar eventual desenquadramento por compra de fundo aberto que tenha aplicação em CRI.

Nesse contexto, a alocação objetivo disposta nesta política de investimentos deve ser compreendida como uma diretriz de alocação, com o intuito de balizar os investimentos no longo prazo. Os limites inferiores e superiores devem ser respeitados, bem como os demais limites estabelecidos pela legislação em vigor.

16.1. Investimentos Táticos

Os limites mínimo e máximo estabelecidos no quadro de alocação têm por objetivo dar flexibilidade para a realização de Investimentos Táticos, que nada mais são que posicionamentos de curto prazo com o propósito de proteger a carteira ou de aproveitar oportunidades de mercado.

Cabe destacar que os investimentos táticos requerem agilidade e podem envolver a aquisição de ativos em movimento de queda significativa de preços, ou mesmo de operações estruturadas. Os investimentos táticos apresentam, em geral, alguma liquidez.

Os investimentos táticos são importantes para proporcionar retorno incremental à carteira ou para limitar o potencial impacto negativo de riscos mais relevantes no curto prazo.

Os recursos necessários aos pagamentos de obrigações e os que estão aguardando uma alocação estratégica de médio e longo prazo serão investidos em fundos de investimentos abertos do segmento de renda fixa.

16.2. Benchmarks por segmento e metas de rentabilidade

A Resolução CMN nº 4.994/2022 exige que as entidades fechadas de previdência complementar definam índices de referência (*benchmarks*) e metas de rentabilidade para cada segmento de aplicação.

Entende-se como índice de referência, ou *benchmark*, para determinado segmento de aplicação o índice que melhor reflete a rentabilidade esperada para o curto prazo, isto é, para horizontes mensais ou anuais, conforme as características do investimento. Esse índice está sujeito às variações momentâneas do mercado.

Por outro lado, a meta reflete a expectativa de rentabilidade de longo prazo dos investimentos realizados em cada um dos segmentos listados a seguir – rentabilidade esta que pode apresentar menor volatilidade e maior aderência aos objetivos do plano.

SEGMENTOS	BENCHMARK	META DE RENTABILIDADE
Plano	INPC + 4,25% a.a.	INPC + 7,88% a.a.
Renda Fixa	CDI	INPC + 7,88% a.a.
Imobiliário	IFIX	IFIX

16.3. Histórico de Rentabilidades

Conforme determinado no art. 212, inciso III da Instrução Previc nº 23 de 2024, a FIPECq apresenta o histórico de rentabilidade dos últimos cinco anos do plano:

SEGMENTOS	2023	2024	2025*	Acumulado até agosto/2025
Consolidado	9,85	12,96	8,97	36,37
Renda Fixa	9,85	12,96	8,97	36,37

*Posição até agosto/25

16.4. Mandatos

A despeito da organização de seus investimentos baseada nos segmentos propostos pela legislação aplicável, a Entidade adota a estrutura gerencial de **mandatos** para o monitoramento de seus investimentos.

Um mandato pode ser entendido como a consolidação de investimentos com características semelhantes em termos de risco, rentabilidade esperada, prazo etc. Além de servir de referência para a gestão dos recursos, tal estrutura de investimentos serve como parâmetro para o controle e monitoramento dos riscos financeiros inerentes a cada mandato.

O quadro a seguir apresenta a estrutura de mandatos adotada, com seus respectivos *benchmarks*. Os índices de referência e as metas de rentabilidade estabelecidas anteriormente, para cada segmento, representam uma estimativa da consolidação dos mandatos.

MANDATOS	BENCHMARK
CRÉDITO INFLAÇÃO	IPCA + 7,50%
CRÉDITO CDI	CDI + 0,70%

17. OUTROS LIMITES

Os limites inferior e superior, por segmento, estabelecidos na tabela “Alocação dos Recursos e Limites por Segmento de Aplicação”; anteriormente descritos, são, em sua maioria, mais restritivos que aqueles apresentados na Resolução CMN nº 4.994/22. Os demais limites e concentração de investimentos, inclusive por modalidade de investimento, respeitarão aqueles estabelecidos na referida Resolução.

18. RESTRIÇÕES

Na aplicação dos recursos, o plano observa as vedações estabelecidas pela Resolução CMN nº 4.994/2022 e alterações posteriores para as modalidades de investimento elegíveis.

As restrições impostas nesta Política de Investimentos se aplicam unicamente aos investimentos realizados diretamente, ou seja, em carteira própria ou através de fundos de investimentos exclusivos. As aplicações em cotas de fundos abertos condominiais, realizadas diretamente ou por intermédio de carteira própria, estão sujeitas somente à legislação aplicável e aos seus regulamentos específicos.

As restrições e limites impostos nessa Política de Investimentos não incidem sobre os investimentos realizados em exercícios anteriores, quando da vigência de outra Política de Investimentos, para fins de enquadramento.

19. DERIVATIVOS

As operações com derivativos são permitidas, desde que respeitados cumulativamente os limites, restrições e demais condições estabelecidas pela Resolução CMN nº 4.994/22 e regulamentações posteriores. Registre-se que a FIPECq não realiza operações de Derivativos na sua carteira própria, de tal forma que os limites detalhados a seguir são estabelecidos em relação às alocações por meio de Fundos de Investimentos, cujos Gestores também deverão obedecer aos critérios estabelecidos pela PREVIC/CMN, notadamente a referida resolução CMN nº 4.994/22.

O controle da exposição indireta em derivativos é feito tempestivamente com base em relatórios elaborados por Consultoria Especializada, contemplando os seguintes aspectos:

- Dos níveis de margem depositada como garantia de operações com derivativos; e
- Das despesas com a compra de opções.

O controle da exposição a derivativos deve ser realizado individualmente por veículo de investimento. Antes de executar qualquer operação com derivativos, a entidade deve se preparar para avaliar os riscos envolvidos, apresentar um sistema de controles internos adequado para a

operação em questão e verificar se há o registro da operação em bolsa de valores ou mercadorias e futuros. Os limites devem ser medidos em relação às alocações em:

- Títulos da dívida pública federal;
- Títulos de emissão de instituições financeiras (CDB, RDB, LF etc.); e
- Ações integrantes do Índice Bovespa.

A soma dos investimentos nesses ativos deve ser considerada como denominador na conta da exposição, que devem respeitar os seguintes limites:

- Até 15% (quinze por cento) de depósito de margem requerida para operações com derivativos;
- Até 5% (cinco por cento) de despesas com compra de opções.

Cumpramos ressaltar que apesar de permitido pela legislação, a FIPECq não realiza diretamente nenhum tipo de operação com derivativos em sua carteira própria e nem pretende realizar ao longo da vigência desta política de investimentos.

O fundo exclusivo da Entidade poderá utilizar derivativos apenas para proteção (hedge). Portanto, o gestor deve se limitar ao uso de instrumentos como: opções, futuro e swap, geralmente na posição passiva ou vendida e deve comprovar por intermédio de estudo técnico o custo da operação, se aplicável, e adicionalmente elaborar relatório com as vantagens em realizar este movimento por intermédio de derivativos versus a utilização dos ativos tradicionais.

Para os fundos abertos em primeiro e segundo nível (investidos pelo fundo exclusivo) que possuem gestão discricionária, há possibilidade de utilização de derivativos para posicionamento, ficando a cargo do gestor a análise de cada operação e o enquadramento em relação aos limites estabelecidos pela Resolução CMN nº 4.994/22

O controle destes derivativos investidos indiretamente por meio de fundos de terceiros é realizado pela consultoria de risco contratada pela FIPECq.

20. APREÇAMENTO DOS ATIVOS FINANCEIROS

A metodologia para apreçamento deve observar as possíveis classificações dos ativos adotados pela FIPECq (para negociação ou mantidos até o vencimento), observado as legislações vigentes. O apreçamento dos ativos, independentemente da modalidade, será realizado pelo custodiante contratado pela FIPECq ou pelo custodiante dos fundos de investimento alocados. Dessa forma, pode-se estabelecer que esse apreçamento estará sujeito aos seguintes pontos:

- Metodologia: conforme manual disponibilizado pelo agente custodiante;
- Fontes: poderão ser utilizados como fontes de referência os dados divulgados por instituições reconhecidas por sua atuação no mercado de capitais brasileiro, como a Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais (ANBIMA) e a B3. No caso de ativos com baixa liquidez, autoriza-se o uso de estudos específicos, elaborados por empresas especializados e com reconhecida capacidade;
- Modalidade: em geral, os ativos serão marcados a mercado. No caso específico de títulos mantidos até o vencimento, e conforme a legislação aplicável, poderá ser utilizada a marcação na curva de tais ativos.

É recomendável que as negociações sejam realizadas através de plataformas eletrônicas e em bolsas de valores e mercadorias e futuros, visando maior transparência e maior proximidade do valor real de mercado.

De acordo com o manual de boas práticas da PREVIC “a verificação do equilíbrio econômico e financeiro dos planos de benefícios depende da precificação dos ativos, ou seja, é preciso que a entidade busque, diretamente ou por meio de seus prestadores de serviços, modelos adequados de apreçamento. A forma de avaliação deve seguir as melhores práticas do mercado financeiro na busca do preço justo, considerando-se ainda a modalidade do plano de benefícios”.

21. GESTÃO DE RISCOS

Em linha com o que estabelece o Capítulo II “Dos Controles Internos, da Avaliação e Monitoramento de Risco e do Conflito de Interesse e de Avaliação de Risco” da Resolução CMN nº 4.994/2022, este tópico estabelece quais serão os critérios, parâmetros e limites de gestão de risco dos investimentos.

No caso dos investimentos realizados por gestores terceirizados, embora os controles sejam de responsabilidade do gestor, os parâmetros de riscos são verificados periodicamente pela FIPECq.

Portanto, o objetivo deste item é demonstrar a análise dos principais riscos, destacando a importância de se estabelecer regras que permitem identificar, avaliar, mensurar, controlar e monitorar os riscos aos quais os recursos do plano estão expostos, entre eles o risco, atuarial de mercado, de crédito, de liquidez, legal, terceirização e sistêmico. Esse tópico disciplina ainda o monitoramento dos limites de alocação estabelecidos pela Resolução CMN nº 4.994/2022 e por esta Política de Investimento.

21.1. Risco Atuarial

O risco atuarial é proveniente do descasamento entre ativos e passivos, da não aderência das hipóteses biométricas, demográficas, econômicas e financeiras utilizadas na estimativa do cálculo do passivo e, consequentemente, dos recursos necessários para a fundação honrar com os benefícios a serem pagos aos participantes do plano.

Por se tratar de um plano de Contribuição Definida, o plano de benefícios FIPECq Entes Federativos não tem risco atuarial. Os riscos de morte, invalidez e sobrevivência são cobertos por seguradora contratada e não afetam diretamente o plano.

21.2. Risco de Mercado

Segundo o Art. 10 da Resolução CMN nº 4.994/2022, as entidades devem acompanhar e gerenciar o risco e o retorno esperado dos investimentos diretos e indiretos com o uso de modelo que limite a probabilidade de perdas máximas toleradas para os investimentos.

Em atendimento ao que estabelece a legislação, o acompanhamento do risco de mercado será feito através de duas ferramentas estatísticas: (i) *Value-at-Risk (VaR) ou Benchmark Value-at-Risk (B-VaR)* e (ii) *Stress Test*. O *VaR (B-VaR)* estima, com base em um intervalo de confiança e em dados históricos de volatilidade dos ativos presentes na carteira analisada, qual a perda máxima esperada (ou perda relativa) nas condições atuais de mercado. O *Stress Test* avalia, considerando um cenário em que há forte depreciação dos ativos e valores mobiliários (sendo

respeitadas as correlações entre os ativos), qual seria a extensão das perdas na hipótese de ocorrência desse cenário.

Cabe apontar que os modelos de controle apresentados nos tópicos a seguir foram definidos com diligência, mas estão sujeitos a imprecisões típicas de modelos estatísticos frente a situações anormais de mercado.

21.2.1. VaR e B-VaR

Com o objetivo de a Entidade controlar a volatilidade das carteiras do plano, o acompanhamento do risco de mercado dos segmentos de Renda Fixa e Investimentos Estruturados serão feitos por meio do VaR, e o segmento de Renda Variável por meio do B-VaR, serão utilizados os seguintes parâmetros:

- Modelo: Paramétrico.
- Intervalo de Confiança: 95%.
- Horizonte de Investimento: 21 dias úteis.

SEGMENTOS	LIMITE	MODELO
Renda Fixa	2,00%	VaR
Renda Variável	15,00%	B-VaR (Ibovespa)
Investimentos Estruturados	6,50%	VaR
Investimentos Exterior	15,00%	VaR
Imobiliário (Fundo Imobiliários)	15,00%	VaR
CONSOLIDADO	3,50%	-

21.2.2. Stress Test

A avaliação dos investimentos em análises de *stress* passa pela definição de cenários que consideram mudanças bruscas em variáveis importantes para o apreamento dos ativos, como taxas de juros e preços de determinados ativos.

Embora as projeções considerem as variações históricas dos indicadores, os cenários de *stress* não precisam apresentar relação com o passado, uma vez que buscam simular futuras variações adversas.

Para o monitoramento do valor de *stress* da carteira, serão utilizados os seguintes parâmetros:

- Cenário: B3
- Periodicidade: mensal

O modelo adotado para as análises de *stress* é realizado por meio do cálculo do valor a mercado da carteira, considerando o cenário atípico de mercado e a estimativa de perda que ele pode gerar.

Cabe registrar que essas análises não são parametrizadas por limites, uma vez que a metodologia considerada pode apresentar variações que não implicam, necessariamente, em possibilidade de perda. O acompanhamento terá como finalidade avaliar o comportamento da carteira em cenários adversos para que os administradores possam, dessa forma, balancear melhor as exposições.

21.3. Risco de Crédito

Entende-se por risco de crédito aquele risco que está diretamente relacionado à capacidade de uma determinada contraparte de honrar com seus compromissos. Esse risco pode impactar a carteira de duas formas:

- Diminuição do valor de determinado título, em função da piora da percepção sobre o risco de a contraparte emissora realizar o pagamento;
- Perda do valor investido e dos juros incorridos e ainda não pagos.

A gestão do risco de crédito será realizada considerando aspectos quantitativos como os *ratings* dos títulos de dívida bancária ou corporativa, ou das operações de crédito estruturadas, sem prejuízo às análises qualitativas realizadas em relação à estrutura dos ativos.

21.3.1. Abordagem Quantitativa

A Entidade utilizará para essa avaliação os *ratings* atribuídos por agência classificadora de risco de crédito atuante no Brasil. As agências domiciliadas no país devem estar registradas na Comissão de Valores Mobiliários (CVM). No caso de agências domiciliadas no exterior, essas devem ser reconhecidas pela CVM.

Os ativos serão enquadrados em duas categorias:

- Grau de Investimento; e
- Grau Especulativo.

Para checagem do enquadramento, os títulos privados devem, a princípio, ser separados de acordo com suas características. Os seguintes pontos devem, adicionalmente, ser considerados:

- Para títulos emitidos por instituições financeiras, será considerado o rating da instituição;
- Para títulos emitidos por quaisquer outras instituições não financeiras, será considerado o rating da emissão, e não o rating da companhia emissora;

É preciso verificar se a emissão ou emissor possui rating por pelo menos uma das agências classificadoras de risco, e se a nota é, de acordo com a escala da agência no mercado local, igual ou superior às faixas classificadas como “Investimento” a seguir:

TABELA DE RATINGS (Crédito emitido por instituições Financeiras e Não Financeiras - Debêntures, Notas Comerciais.)				
Faixa	Fitch	S&P	Moody's	Grau
1	AAA (bra)	brAAA	AAA.br	Investimento
2	AA+ (bra)	brAA+	Aa1.br	
	AA (bra)	brAA	Aa2.br	
	AA- (bra)	brAA-	Aa3.br	
3	A+ (bra)	brA+	A1.br	
	A (bra)	brA	A2.br	
	A- (bra)	brA-	A3.br	
4	BBB+ (bra)	brBBB+	Baa1.br	Especulativo
	BBB (bra)	brBBB	Baa2.br	
	BBB- (bra)	brBBB-	Baa3.br	
5	BB+ (bra)	brBB+	Ba1.br	
	BB (bra)	brBB	Ba2.br	
	BB- (bra)	brBB-	Ba3.br	
6	B+ (bra)	brB+	B1.br	
	B (bra)	brB	B2.br	
	B- (bra)	brB-	B3.br	
7	CCC (bra)	brCCC	Caa.br	
	CC (bra)	brCC	Ca.br	
	C (bra)	brC	C.br	
8	D (bra)	brD	D.br	

TABELA DE RATINGS (Crédito Estruturado – FIDCs, FIC FIDCs, CRAs, CRIs)			
Faixa	Liberum	Austin	Grau
1	AAA	brAAA	Investimento
2	AA+	brAA+	
	AA	brAA	
	AA-	brAA-	
3	A+	brA+	
	A	brA	
	A-	brA-	
4	BBB+	brBBB+	Especulativo
	BBB	brBBB	
	BBB-	brBBB-	
5	BB+	brBB+	
	BB	brBB	
	BB-	brBB-	
6	B+	brB+	
	B	brB	
	B-	brB-	
7	CCC	brCCC	
	CC	brCC	
	C	brC	
8	D		

- Caso duas das agências classificadoras admitidas classifiquem o mesmo papel ou emissor, será considerado, para fins de enquadramento, o pior rating;
- O enquadramento dos títulos ou emissores será feito com base no rating vigente na data da verificação da aderência das aplicações à política de investimento.
- Serão considerados os ratings das Agências Liberum e Austin estritamente para as operações de Crédito Estruturado tais como FIDCs, FIC FIDCs, CRAs e CRIs.

21.3.2. Exposição a crédito

O controle da exposição a crédito privado é feito através do percentual de recursos alocados em títulos privados, considerada a categoria de risco dos papéis de acordo com os critérios estabelecidos no tópico anterior. O controle do risco de crédito deve ser feito em relação aos recursos garantidores, de acordo com os seguintes limites:

CATEGORIA DE RISCO	LIMITE
Total em Crédito (grau de investimento e especulativo)	10%
Grau de investimento (Liberum + Austin)	2%
Grau especulativo	2%

Não serão realizados novos investimentos enquadrados como Grau Especulativo, ou seja, com *rating* abaixo das notas indicadas nas tabelas acima. O limite de 2% (dois por cento) é atribuído apenas para eventuais reclassificações (rebaixamento) de *rating* de ativos da carteira de investimento.

21.3.3. Abordagem Qualitativa

Com relação aos investimentos diretos em ativos com risco de crédito, a avaliação dos investimentos deve adotar critérios de análise que não se limitem à classificação de risco (*rating*) atribuído por agência classificadora, mas que abordem adicionalmente pelo menos os pontos apresentados a seguir.

No caso de investimentos indiretos (por meio de fundos de investimentos), cujo gestor tem a discricionariedade da alocação, a avaliação será feita com base nas restrições e condições estabelecidas no regulamento do fundo.

Análise dos emissores

Nos investimentos em que a contraparte seja o principal pilar para a análise do risco da operação, é importante analisar aspectos financeiros (capacidade de pagamento), histórico de atuação, governança, controle acionário, setoriais, impactos políticos (se existir), aspectos legais da emissão como índices financeiros (cobertura, alavancagem e outros).

Análise de prospectos e outras documentações

Em uma operação estruturada, além da necessidade de se observar as diretrizes gerais mencionadas nesta política, bem como nos normativos internos, é necessária, também, a análise jurídica das documentações que competem à operação (prospecto, regulamento e outras), entendendo-se quais as garantias, seus vínculos e/ou lastros, responsabilidades, estrutura de gerenciamento de fluxo de caixa, custos, volume de emissão, prazo do investimento, etc.

Comparação da *duration* e fluxo de caixa

A *duration* de uma operação pode ser considerada na tomada de decisão de forma a ordenar a preferência, quanto a operações de mesmo retorno e diferente *duration*, sendo, portanto, uma variável de análise importante.

Análise do impacto de nova operação na carteira

Para completar a análise, depois de consideradas as características individuais da operação e de compará-la com alternativas disponíveis, é necessário analisar o impacto da inserção deste papel na carteira atual. Esta análise também deve ter um aspecto quantitativo preponderante, sem perder de vista as metas atuariais e os critérios de enquadramento da carteira.

Monitoramento de operações de crédito

A decisão de investir em um ativo de crédito traz consigo a necessidade de um acompanhamento contínuo do desempenho das operações. Nesse sentido, é necessário acompanhar a classificação de risco das agências de *rating* e os dados da operação disponíveis no mercado. A contraparte também deve ser periodicamente acompanhada.

21.4. Risco de Liquidez

O risco de liquidez compreende o risco de ocorrência das seguintes situações:

- Indisponibilidade de recursos para liquidação de suas obrigações atuariais (Passivo) na sua respectiva competência; e/ou
- Posições em determinados ativos que estejam sujeitos a variações abruptas de preço por liquidez baixa ou inexistente (Ativo).

Serão adotados os seguintes mecanismos de controle para mitigação desses riscos:

CONTROLES DO RISCO DE LIQUIDEZ	
Risco	Controles adotados
Cotização de Fundos de Investimento	· Observação das regras para solicitação de resgates, cotização e pagamento de resgates;
	· Observação do prazo de duração do fundo, no caso de fundos fechados.
Liquidez de Ativos	· Observação dos limites de concentração e diversificações estabelecidos pela legislação vigente;

	<ul style="list-style-type: none"> • Manutenção de uma carteira de fundos referenciados de alta liquidez para cobertura das necessidades de curto prazo do plano de
	<ul style="list-style-type: none"> • Observação da liquidez do mercado secundário.
Pagamento de Obrigações	<ul style="list-style-type: none"> • O risco de cumprimento das obrigações é continuamente monitorado e os estudos de macro alocação consideram essa

21.4.1. Indicadores para evidenciação da capacidade de pagamento de Obrigações (Passivo)

A Entidade acompanhará os seguintes indicadores para evidenciação da capacidade de pagamento de suas obrigações com os participantes. Tais indicadores foram baseados nos índices de liquidez desenvolvidos pela PREVIC e publicados no Relatório de Estabilidade da Previdência Complementar, com adaptação de metodologia para adequação das informações disponíveis.

Não serão estabelecidos parâmetros mínimos, sem prejuízo de vir a agir quando os níveis dos índices a seguir apresentados estiverem abaixo de 1.

Índice de Liquidez Global (ILG)

O índice de liquidez global (ILG) tem por objetivo mensurar a disponibilidade de ativos líquidos, independentemente dos respectivos prazos de vencimento ou da volatilidade, para fazer frente às obrigações com participantes projetadas para cinco anos.

Entende-se por ativos líquidos o composto do total de títulos públicos, títulos privados de renda fixa, operações compromissadas em carteira e fundos de renda fixa e renda variável sem restrição para resgates. O índice compara esse montante de liquidez, frente ao fluxo atuarial líquido (total dos fluxos de benefícios subtraídos dos fluxos de contribuições de ativos e assistidos) estimado para os próximos cinco anos, descontada da meta atuarial/índice de Referência.

Quando superior a um, o índice informa a existência de fluxos de ativos com liquidez em montante superior aos passivos atuariais líquidos, indicando que não há insuficiência de ativos para cobrir as obrigações.

Quanto maior o ILG, maior a flexibilidade para a realização de ativos e evitar perdas decorrentes da necessidade de negociar sob condições adversas de mercado, a preços inferiores aos estabelecidos como meta quando adquiridos.

Índice de Liquidez de Curto Prazo (ILCP)

O índice de liquidez de curto prazo (ILCP) relaciona o valor presente (VP) dos títulos de renda fixa em carteira (títulos públicos, títulos privados e operações compromissadas) de prazos de vencimentos curtos (até cinco anos) com os VP das obrigações atuariais líquidas das contribuições, no mesmo prazo (até cinco anos).

Quando superior a um, o índice informa a existência de fluxos de renda fixa em montante superior aos passivos atuariais líquidos, indicando menor necessidade de realizar outros ativos para cobrir as obrigações no período de referência. Portanto, o ILCP maior tende a reduzir a exposição ao risco de mercado.

21.5. Risco Operacional

O Risco Operacional caracteriza-se como “a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos”. A gestão será decorrente de ações que garantam a adoção de normas e procedimentos de controles internos, alinhados com a legislação aplicável.

Dentre os procedimentos de controle podem ser destacados:

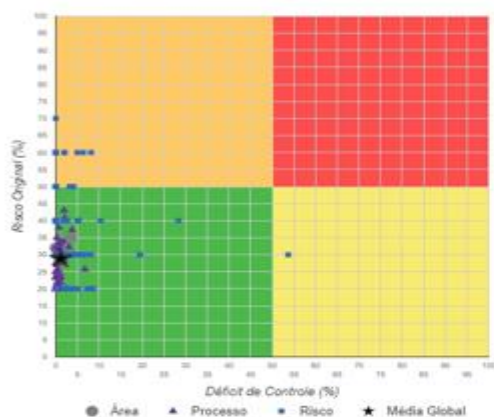
- Conhecimento e mapeamento profundo de seus procedimentos operacionais;
- Normatização de processos;
- Avaliação dos pontos sujeitos a falhas de qualquer tipo;
- Avaliação dos impactos das possíveis falhas;
- Avaliação da criticidade de cada processo, em termos dos erros observados e dos impactos causados.
- A definição de rotinas de acompanhamento e análise dos relatórios de monitoramento dos riscos descritos nos tópicos anteriores;
- O estabelecimento de procedimentos formais para tomada de decisão de investimentos;
- Acompanhamento da formação, desenvolvimento e certificação dos participantes do processo decisório de investimento; e

- Formalização e acompanhamento das atribuições e responsabilidade de todos os envolvidos no processo de planejamento, execução e controle de investimento.

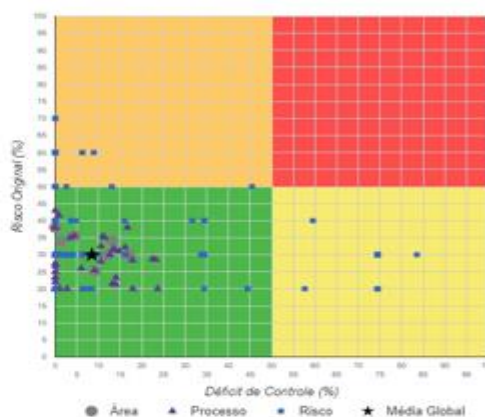
As atividades críticas são revistas de forma prioritária, e as demais são revistas conforme a necessidade. Esse processo é realizado rotineiramente, de forma a prover a segurança necessária.

O controle global da entidade se dará por meio de duas matrizes de risco. A matriz original avalia o conhecimento da entidade e a criticidade de seus riscos e a matriz residual o conhecimento do risco e a influência dos controles declarados existentes.

Matriz residual 5º ciclo de avaliação



Matriz residual 4º ciclo de



Fonte: Relatório de Avaliação de Riscos e Controles Internos – setembro 2023

A matriz residual traz mais informações para a Entidade e com isso maior relevância na análise, conforme podemos observar no relatório de controles internos. A Entidade periodicamente revisa esses controles e processos adotados.

21.6. Risco Legal

Em função de o risco legal permear todo o processo de investimentos, esse risco é monitorado de forma contínua. Para tanto, são observadas, no mínimo, os seguintes procedimentos:

- Solicitação de parecer jurídico a escritório especializado quando houver a necessidade de amparar o risco legal de investimentos, ou de entender os riscos jurídicos relacionados às garantias;
- Apoio constante de consultores especializados nas discussões acerca do enquadramento dos investimentos;

- Elaboração periódica de relatórios de enquadramento e de monitoramento da Política de Investimentos;
- Elaboração de pareceres dos contratos firmados entre a FIPECq e seus diversos prestadores de serviços.

21.7. Risco Sistêmico

Entende-se por risco sistêmico aquele decorrente da crise de confiança em diversas instituições de um mesmo segmento econômico, podendo evoluir para uma reação em cadeia que afeta a economia de maneira mais ampla. Dessa forma, trata-se de um risco difícil de controlar, apesar de ter identificação relativamente simples.

Com o objetivo de reduzir a exposição ao risco sistêmico, parte significativa dos recursos será mantida em títulos soberanos e buscará priorizar o investimento em títulos e valores mobiliários que disponham de garantias. Além disso, serão respeitados todos os limites de diversificação e de concentração exigidos pela legislação.

21.8. Risco de Terceirização

A contratação de agentes fiduciários, tal como gestores, custodiantes, administradores e consultores, deve ser precedida de análise da capacidade técnica desses prestadores de serviços, a partir de métricas adequadas a cada uma de suas funções.

Somente poderão ser contratados aqueles prestadores que cumpram as exigências mínimas previstas pela Resolução CMN nº 4.994/2022 quanto a seus cadastros e certificações junto aos órgãos competentes. Adicionalmente, serão observadas as questões de conflitos de interesse, sempre visando à inexistência de tais situações, sobretudo nas questões relacionadas à gestão de recursos, avaliação de riscos e enquadramento.

Na administração dos recursos financeiros há a possibilidade da terceirização total ou parcial dos investimentos da FIPECq. Esse tipo de operação delega determinadas responsabilidades a gestores externos, porém não isenta a FIPECq de responder legalmente perante os órgãos fiscalizadores.

Neste contexto, o modelo de terceirização exige que a FIPECq tenha um processo formalizado para escolha e acompanhamento (performance e aderência ao mandato) de seus gestores

externos, em linha com a legislação vigente bem como com o que estabelece o Guia de Melhores Práticas para Investimentos Previc em seus itens 52: “O procedimento de seleção dos gestores, pela EFPC, deve conter histórico, justificativas, documentação relacionada, entre outros” e 56: “A negociação entre a entidade e seus prestadores de serviços deve incluir, nos contratos, cláusulas sobre penalidades e condições para rescisão antecipada, quando se verificar o descumprimento dos mandatos.”

A estrutura da FIPECq que contempla ainda uma estratégia de fundo de fundos exige que se tenha um processo de acompanhamento formal, com aspectos qualitativos e quantitativos dos fundos investidos.

21.9. Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD)

A Lei nº 13.709/2018, Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), visa estabelecer um cenário de segurança jurídica, mediante a padronização de normas e práticas que promovam a proteção e o tratamento dos dados das pessoas físicas. A FIPECq possui estrutura focada no controle de riscos e vem adotando práticas quanto à proteção dos dados das pessoas que se relacionam com a Entidade, sejam elas participantes, assistidas, colaboradoras, prestadoras de serviços entre outros. Decidiu-se que, ao longo da vigência desta política, os princípios e regras da LGPD serão observados e aplicados nas atividades da FIPECq.

21.10. Risco relacionado à sustentabilidade

Os princípios socioambientais podem ser entendidos como um conjunto de regras que visam favorecer o investimento em companhias que adotam, em suas atividades ou através de projetos, políticas de responsabilidade socioambiental.

A observância dos princípios socioambientais na gestão dos recursos depende, portanto, da adequação do processo de tomada de decisões, de forma que os administradores da entidade tenham condições de cumprir regras de investimento responsável.

Ao longo da vigência desta política, a FIPECq analisará os princípios socioambientais descritos, considerando as particularidades de cada investimento sob análise, contemplando os elementos acerca da Sustentabilidade Econômica, Social e Governança das operações.

22. CONTROLES INTERNOS

22.1. Controles internos aplicados na gestão de riscos

Risco	Monitoramento	Controles adotados
Risco Atuarial	- Análise da Solvência	- ALM - Monitoramento das provisões matemáticas e do ativo total
Risco de Mercado	- Modelos de <i>VaR</i> e/ou <i>B-VaR</i> ; - Teste de Stress.	- Relatórios de Risco; - Monitoramento dos deslocamentos e limites estabelecidos.
Risco de Crédito	- Diversificação; - Acompanhamento de <i>ratings</i> .	- Relatórios de Risco; - Monitoramento dos limites estabelecidos e alterações de <i>rating</i> .
Risco de Liquidez	- Liquidez dos ativos de mercado.	- Monitoramento dos prazos de resgate e carência de fundos abertos; - Monitoramento da demanda de mercado através de relatórios de risco e Relatório de Compliance; - Após concluído o estudo de ALM a FIPECq extrai do referido estudo uma tabulação com a liquidez a ser requerida de forma a acompanhar a necessidade de desembolso de caixa para fins de pagamentos de benefícios.
Risco Operacional	- Controles Inadequados; - Falhas de Gerenciamentos; - Erros Humanos.	- Mapeamento de processos e rotinas de trabalho; - Adoção de práticas de governança corporativa; - Certificação dos profissionais que participam do processo de tomada de decisão dos investimentos.
Risco Legal	- Violação da Legislação e Política; - Violação de Regulamentos; - Faltas em contratos.	- Enquadramento da Política de Investimentos; - Monitoramento dos limites gerais no Relatório de Compliance; - Avaliação técnica e criteriosa de contratos com gestores e prestadores de serviço.
Risco Sistêmico	- Possíveis perdas causadas por problemas generalizados no mercado.	- Priorizar os investimentos em títulos soberanos e em títulos que disponham de garantias; - Considerar aspectos de diversificação de setores e emissores.
Risco de terceirização	- Acompanhamento do fundo exclusivo - Acompanhamento dos fundos investidos em segundo nível	- Aderência em relação ao mandato do fundo exclusivo em termos de risco e performance - Processo de seleção quantitativo e qualitativo dos fundos abertos

23. DESENQUADRAMENTOS

Apesar de todos os esforços para que não haja nenhum tipo de desenquadramento, esse tipo de situação não pode ser totalmente descartado. No caso de ocorrência de desenquadramento, os seguintes procedimentos mínimos devem ser observados:

DESENQUADRAMENTO		
ATIVO	PASSIVO	TRANSITÓRIO
<p>Ocasionado por erros ou falhas internas:</p> <p>Imediata correção;</p> <p>Comunicar à Diretoria Executiva, para providencias;</p> <p>Informar ao Conselho Deliberativo e ao Conselho Fiscal;</p> <p>Conselho fiscal deve incluir o evento no relatório semestral de controles internos;</p> <p>Desenquadramento gerado por terceiros:</p> <p>Descumprimento da legislação, no que concerne aos recursos investidos.</p> <p>Passível de sanções ao gestor e ao administrador de recursos, que podem incluir ações que vão desde a sua advertência formal, passando por resgate de recursos, encerramento de contratos, acionamento perante os órgãos de controle para apuração de responsabilidades e, em casos graves, abertura de processos judiciais para reparação dos danos e prejuízos causados ao patrimônio dos planos.</p> <p>Deve ser incluído no monitoramento dos serviços prestados.</p> <p>Deve ser informado à Diretoria Executiva, Conselho Deliberativo e Conselho Fiscal.</p> <p>Caberá ao AETQ e ARGR providenciarem o necessário para a correção do fato e desenvolvimento de soluções para evitar sua recorrência.</p>	<p>Regra geral:</p> <p>Os desenquadramentos de natureza passiva não são considerados como infringência aos limites da legislação vigente.</p> <p>Deve ser corrigido em até 2 anos da sua data de ocorrência</p> <p>A FUNDAÇÃO fica impedida, até o respectivo reenquadramento, de efetuar investimentos que agravem os excessos verificados.</p> <p>Regra para fundos:</p> <p>A FUNDAÇÃO tem até sessenta dias a partir da data de cada integralização para enquadrar-se aos limites de alocação por emissor previstos no art. 28, inc. II da Res. CMN nº 4.994/2022.</p>	<p>Investimentos realizados antes da entrada em vigor da Res. CMN nº 4.994/2022:</p> <p>Investimentos, que se tornaram desenquadrados por causa de alterações nos limites e requisitos estabelecidos ou modificados pela nova resolução, poderão ser mantidos até a data do seu vencimento ou de sua alienação, conforme o caso.</p> <p>A FUNDAÇÃO fica impedida de efetuar novas aplicações nesses investimentos, até que se observe o enquadramento conforme prevê a nova resolução.</p> <p>Poderão ser realizadas as integralizações das cotas, quando decorrentes de compromissos formalmente assumidos pela FUNDAÇÃO, antes de 25/05/2018, nos seguintes instrumentos:</p> <p>I - FIDC e FICFIDC;</p> <p>II - FIP; e</p> <p>III - FII ou FICFII.</p>